

Semestre decisivo para os funcionários BB

A ocupação das ruas tem sido o principal caminho dos trabalhadores no enfrentamento às crises econômica e política do País. A lógica desenvolvimentista, ancorada num modelo neoliberal com superávit primário, câmbio flutuante, meta de inflação e política fiscal, é cada vez mais escorchante. Combater os desatinos do Governo e a interferência do Sistema Financeiro Nacional tem sido o grande desafio dos movimentos sociais e centrais, como a CTB (Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) na defesa dos direitos trabalhistas.

As despesas, denominadas gastos públicos, produzidas pelas orgias do Estado brasileiro, também, atingem o bolso da população, quando o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, vem aumentando a taxa básica de juros ao ano do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Assim, recai sobre a sociedade a conta das dívidas do Estado, que não é dela, com aumento de impostos, corte de gastos públicos e redução dos programas sociais. Um remédio amargo, que não soluciona o epicentro da crise.

O resultado desse desequilíbrio ocasionou retração na produtividade, diminuição de postos de trabalho, desemprego, diminuição das exportações, PIB pífio e recessão.

Retrocesso Legislativo

O atual Congresso Nacional conservador e patrocinado em sua maioria pelos bancos, desengavetou o Projeto de Lei das Terceirizações (PL 4330), que visa acabar com a CLT, decretar o fim do concurso público, aumentar a precarização e a rotatividade dos postos de trabalho. Tal projeto encontra-se tramitando no Senado (PLC 30) e passará por cinco comissões antes da análise final, que busca regulamentar a terceirização dos trabalhadores em todas as instâncias sejam privados ou públicos.

No caso dos bancos, num futuro próximo, poderemos ter caixas e segmentos gerenciais terceirizados exercendo funções semelhantes e a extinção da profissão bancária



As Medidas Provisórias 664 e 665, que, entre outros assuntos, determinam novas regras para acesso a benefícios previdenciários (abono salarial, seguro desemprego e auxílio doença) são vasos comunicantes do PL 4330, ofensivos aos interesses dos trabalhadores.

O Fator Previdenciário teve destaque numa conjuntura, que impõe ação de protestos. Tal fator alterou os critérios das aposentadorias, cujo cálculo considera a idade, a expectativa de vida e o

tempo de contribuição do segurado. A consequência é a elevação ainda mais do tempo de trabalho. Para quem se aposenta com menos de 63 anos, na prática, o fator previdenciário tem sido um grande e injusto redutor dos benefícios.

Distorção

A redução da maioria penal (18 para 16 anos), uma solução simplista, aprovada pelo Congresso para combater a violência tem que ser

combatida pela sociedade. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra através de avaliações e estatísticas, que a redução da maioria penal é ineficaz, diante da falta de políticas públicas e questões centrais, que envolvem a criminalidade no País.

A proposta do Governo de abrir o capital da Caixa Econômica Federal, que deixaria de ser 100% pública, desprende muita energia dos bancários, através de manifestações e paralisações de repúdio. Os protestos em todo País tiveram repercussão positiva e conseguiram, momentaneamente, estancar a maldade pretendida. Transformar um banco com finalidades sociais para entrar na rota da privatização, como acontece no BB.

O PL 555 do Senado, conhecido como Lei Geral das Estatais, tramita em regime de urgência e interfere na composição acionária das empresas estatais. Tal projeto vem encabeçado pelo presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha e o presidente do Senado, Renan Calheiros, que prevê a participação de acionistas independentes, com a percentagem mínima de 20% nos comitês e conselhos de administração das estatais. Com isso, as empresas com capital social poderão

...continua na página 02

"...O mundo não é só aqui Repare naquela estrada Que distância nos levará..."

Dominguinhos

A atual crise do capitalismo vem pressionando o crescimento da dívida pública em todo o mundo, especialmente a partir de 2008, com o rompimento da "bolha" do Lehman Brothers nos Estados Unidos, que chegou depois à Europa e, mais recentemente atingiu a China.

CRESCIMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA 2008 a 2014

Espanha	58,3%
Japão	54,6%
França	27,3%
EUA	25,4%
Alemanha	11,8%
Brasil	3,3%.

(Dados do FMI - set 2015)

Por que será que a mídia no Brasil insiste em destacar a crise brasileira sem fazer um comparativo com os números internacionais?

Veja a tabela das perdas salariais

Página 02

Assédio Moral

Página 03

Conferência de Saúde

Página 03

Oportunismo na proposta pós-laboral

Página 04

Semestre decisivo para os funcionários BB

Manoel Porto

sofrer interferência do Senado na indicação de executivos e fechar contratos de licitações, além de obrigar as empresas públicas em âmbito federal, estadual e municipal sejam transformadas em SA.

O governo teria que taxar as grandes fortunas e o setor mais privilegiado da sociedade brasileira: os bancos e as grandes fortunas. Em 2014 a lucratividade dos cinco maiores bancos do país foi de R\$ 60 bilhões, enquanto que o orçamento para educação, no mesmo ano, foi de R\$ 39,3 bilhões. A inversão de prioridades sociais coloca o país a mercê do SFN, detentor da maioria dos financiamentos de campanhas e mandatário de um número significativo de parlamentares.

Independente da conjuntura mundial vivida pela grande crise do capitalismo,

os bancos nunca deixaram de lucrar, explorar e interferir na economia do país. Não há crises para o SFN, diante das altas lucratividades e das tarifas bancárias, que pagam a folha de funcionários. No primeiro semestre de 2015, os cinco principais bancos (BB, Bradesco, Caixa, Itaú, Santander) lucraram cerca de 36.3 bilhões, alta de 27.3% no mesmo período de 2014.

Nesse cenário, que o funcionalismo do BB irá buscar a pauta de reivindicações construída por várias mãos nos encontros regionais, estaduais e nacional, diante da alta lucratividade da empresa. Só com mobilização, paralisações e muita pressão, que avançaremos, diante do descaso do Banco. Outro desafio é priorizar a principal entidade: a CASSI. O déficit operacional



Olivan Fautino fala sobre as perdas dos empregados do BB no lançamento da campanha salarial deste ano

tem raízes com a política de retirada de direitos e os baixos salários praticados pelo BB para cobrir os custos com a saúde. Tal situação financeira vem aumentando e é necessário cumprir o déficit, buscar a sustentabilidade e governança da entidade, declarou, Humberto Almeida, representante nacional dos Conselhos de Usuários.

Precisamos fazer a nossa parte. Parar o Banco por conta do descaso, más condições de trabalho, baixos salários e, principalmente, pela atual situação financeira da CASSI, exigindo RESPEITO as milhares de vidas, que construíram essa empresa secular, com altos lucros e que convivem no dia-dia com remédios tarja preta e pressão para o cumprimento das metas.

A pauta de reivindicações entregue ao BB em 11 de agosto/2015, só obteve resposta no final de setembro e totalmente insatisfatória.

Principais Reivindicações

■ Reajuste Salarial 16% (reposição da inflação + 5,7% de aumento real).

■ Melhorias no Plano de Cargos e Remuneração (PCR), fim do assédio moral, piso salarial igual ao mínimo calculado pelo Dieese (R\$ 2.979,25), interstício na tabela de antiguidade de 6% e valor maior nas letras de mérito e com tempo menor para adquirir.

■ Melhorias de ascensão dos PSOs e CAEIXs.

■ Fim da resolução 26, para que o superávit do plano de previdência seja investido na melhoria dos benefícios.

■ Mais contratações.

■ Ampliação das dotações nas agências.

■ Fim das metas e assédio moral.

■ Isonomia.

■ Fim da Lateralidade.

REAJUSTES - 1996 a 2011

ANO	INFLAÇÃO		INSTITUIÇÕES		BANCOS			
	ICV DIEESE	INPC	INSS	PREVI	PRIVADOS	CEF	BNB	BB
1996	15,75%	14,28%	13,81%	0%	10,80%	0%	0%	0%
1997	6,71%	4,30%	7,76%	5,69%	5,00%	0%	0%	0%
1998	1,13%	3,88%	4,81%	4,69%	1,20%	1,00%	0%	0%
1999	5,79%	5,25%	4,61%	7,88%	5,50%	0%	0%	0%
2000	9,21%	6,96%	5,81%	14,20%	7,20%	0%	0%	1,70%
2001	8,30%	7,31%	7,66%	10,90%	5,50%	0%	4,00%	2,00%
2002	7,45%	9,16%	9,20%	9,39%	7,00%	5,00%	4,75%	5,00%
2003	15,50%	17,50%	19,71%	30,05%	12,60%	12,60%	7,00%	12,60%
TOTAL	93,96%	91,85%	100,23%	115,06%	69,25%	6,75%	9,52%	10,02%
2004	7,81%	6,64%	4,53%	7,91%	8,50%	8,50%	8,50%	8,50%
2005	4,98%	5,01%	6,35%	6,92%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
2006	2,90%	2,85%	5,00%	2,75%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
2007	4,75%	4,80%	3,27%	3,57%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
2008	6,97%	4,57%	5,00%	6,64%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
2009	3,75%	4,44%	5,92%	5,44%	6,00%	6,00%	6,00%	9,18%
2010	6,91%	6,46%	6,19%	5,31%	7,50%	10,02%	11,06%	13,00%
2011	6,09%	6,08%	6,08%(*)	6,44%	9,00%	9,00%	10,0%	10,0%
TOTAL	184,43%	184,71%	189,74%	220,89%	174,59%	90,76%	87,34%	106,71%

Evolução do Lucro do BB (em R\$ Bilhões)

2002	2,0
2003	2,3
2004	3,0
2005	4,1
2006	6,0
2007	5,0
2008	8,8
2009	10,1
2010	11,7
2011	12,1
2012	12,2
2013	15,8
2014	11,2
TOTAL	103,1

EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos Bancários da Bahia, exclusivo para os funcionários do Banco do Brasil. Editado e publicado sob a responsabilidade da diretoria da entidade. Diretores Responsáveis: **Olivan Faustino, Humberto Almeida, Fábio Ledo, Antônio Silva** - Presidente: **Augusto Vasconcelos** - Diretor de Imprensa: **Adelmo Andrade** - Jornalista responsável: **Ney Sá MTE** - BA 1.164. Projeto Gráfico: **Vicente Duque** - Editoração: **Renata Félix Duarte** - Fotos: **Arquivo SBBA** - Impressão: **MuttiGraf** - Tiragem: 5 mil exemplares. Edição fechada em 28.09.2015.

Padrão organizacional desastroso

O Banco do Brasil é composto por funcionários de alta escolaridade, que acreditam numa instituição de interesse público e geradora de políticas sustentáveis para o País. Entretanto, vivem realidades antagônicas no ambiente de trabalho. A maioria sofre com os mecanismos de pressão, metas abusivas, assédio moral, estresse e insatisfação, como resultado do padrão organizacional do banco.

A inversão de valores, chega ao nível de uma jovem estagiária ser encarregada de lidar com clientes, oferecendo seguros de vida ou acompanhar determinados investimentos, através dos programas do Sebrae e auxiliar no cumprimento de metas.

Os desvios de função objetivam gerar produtividade para a empresa. Vão da falta de funcionários até a solicitação do gerente em utilizar os estagiários e terceirizados para exercerem funções de um concursado, culminando com as metas CQC (custe o que custar) e empurrando mais produtos para os clientes, objeto de uma engrenagem perversa de produção de lucros.

Do valor financeiro ao valor ético, o BB já deixou de ser uma empresa com função social. Tem marca pública, mas alma de privada. Por trás de tantas cifras bilionárias dos lucros, há milhares de funcionários doentes e muitos convivendo com as paredes de um leito



hospitalar. Esquecidos e no ostracismo de uma palavra que foge ao dicionário moderno da convivência entre pessoas: solidariedade.

De que valeu submeter-se ao “sinergia” e conviver com as más condições de trabalho, com uma ou mais doenças crônicas e problemas psicoemocionais? O fato é que só há valorização, enquanto se está com energia, cumprindo as metas e sendo “ouro” para a empresa.

O individualismo pode ser o caminho mais curto para se atingir alguma ascensão profissional, mas não garante a permanência da comissão e nem da saúde. A mudança no padrão organizacional da empresa e o resgate de direitos é conquistado pela via coletiva. Ter entidades como a CASSI e jornada de seis horas foram construídas pela força conjunta dos bancários.

A história dos trabalhadores é marcada pela luta, combatividade em defesa de uma empresa pública, que respeite seus funcionários.

Manifesto dos Conselhos de Usuários

A Representação Nacional dos Conselhos encaminhou um manifesto no dia 22.07.2015 às entidades e lideranças que fazem parte da mesa de negociação BB x CASSI. Tal documento, expressa a preocupação dos Conselhos, quanto ao curso das tratativas e ao contingenciamento das despesas administrativas \ operacionais em 2015 imposta pelo Banco, gerando descredenciamentos das redes conveniadas, ações judiciais e prejuízos na imagem da CASSI. Os conselhos reafirmaram suas propostas e princípios, na defesa da CASSI:

- Preservação da Solidariedade na CASSI.
- BB deve cuidar da CASSI e da nossa saúde durante nossa vida laboral e pós-laboral.
- Aportes financeiros, do Banco, para investir na ESF, conforme as necessidades de estruturar a CASSI e o seu modelo assistencial.
- Se tivermos que aumentar a nossa contribuição; o Banco deverá aumentar a dele também (buscando a proporcionalidade de 1,5 vezes).

A importância do Conselho de Usuários da Bahia

O Conselho de Usuários da CASSI-BA, ao longo de mais uma década, construiu importante arena de debates sobre saúde, seu mercado e a gestão da CASSI. Muitas das demandas encaminhadas têm sido resolvidas, permitindo aproximação maior entre a entidade e seus associados.

Vivemos um momento desafiador em resolver o déficit da CASSI e buscar sua sustentabilidade, além de estimular a participação de novos conselheiros para que possamos fortalecer o controle social ao próximo biênio (2015-2017).

As representações de diversas entidades (AABB, AFABB, Sindicato, ANABB, APABB, AAFBB), Cassi-Família e órgãos regionais e segmentos (SUPER, GEPES, AJURE, AUDIT, GECOI, CIPA, SESMT), indicando os seus conselheiros (titular e suplente) dão a dimensão do Conselho. Além disso, está aberta as inscrições de funcionários da ativa, que trabalham nas agências, PSOs, Call Center. Na hipótese, de um número elevado de inscrições, serão realizadas eleições por área geográfica.

A conquista desse importante espaço de participação e controle social tem sido estratégico para as ações da CASSI, formação de novas lideranças e de novos gestores de saúde.

Participe. A CASSI precisa de você!

Informações na CASSI – 3453-8042 / 3453-8025 (Elisabete e Paula).



Conselho de usuários tem papel fundamental na gestão da CASSI

C.O.N.V.I.T.E

O Conselho de Usuários da CASSI BA tem a satisfação de convidar você para a VII Conferência Estadual de Saúde.

Confira a programação abaixo.

8h Credenciamento

8h30 Mesa de Abertura
Diretoria Executiva da CASSI
Superintendência Estadual do Banco do Brasil
Gerência da GEPES
Gerência da Unidade CASSI
Coordenador do Conselho de Usuários da Bahia

8h40 Coordenador do Conselho de Usuários da CASSI Bahia

9h Conferência "Sustentabilidade da CASSI"
Conferencista: William Mendes de Oliveira
Diretor de Saúde e Rede de Atendimento da CASSI

10h Debate

10h40 Aclamação dos representantes do Conselho de Usuários da CASSI BA para o biênio 2015-2017.

11h10 Encerramento / Coquetel

VII CONFERÊNCIA DE SAÚDE DA CASSI BA
"Sustentabilidade da CASSI"

22 de outubro de 2015
das 8h às 11h10

Local: Auditório do Banco do Brasil - 9ª andar
Av. Eduardo Lima, 361, Comércio
Salvador - Bahia

Na ocasião serão empossados os novos Conselheiros 2015-2017

CENTRAL CASSI 0800 729 0080
Atendimento: segunda-feira a sexta-feira
WWW.CASSI.COM.BR

CASSI

Do oportunismo à transferência de responsabilidades

A proposta do BB sobre o pós-laboral não teve ressonância junto às representações dos associados da CASSI e foi rechaçada pelos Conselhos e entidades de aposentados. Surpreendentemente, o banco resolveu divulgar novamente a mesma proposta através do “cassiemdebate.com.br”e, agora, no curso de um processo negocial.

Tal oportunismo, na iminência da deflagração de uma greve por tempo indeterminado, demonstra a intenção do banco em arrefecer a mobilização, haja vista, que as tratativas eram no sentido de resolver questão do déficit operacional da entidade. E dessa forma, mais uma vez, buscam vender uma proposta que transfere a responsabilidade do adoecer para os aposentados e as futuras gerações.

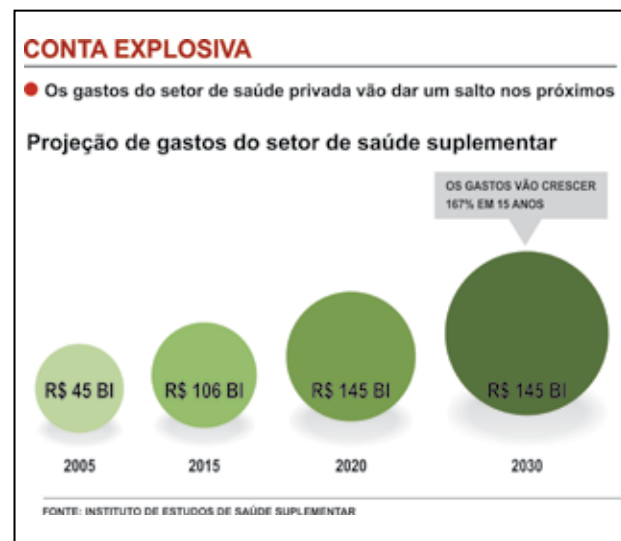
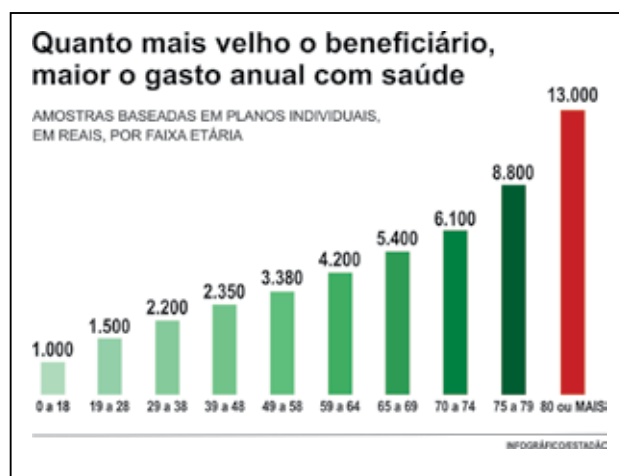
Quando se trata da CASSI, historicamente o BB tem tido um comportamento de descompromisso com a vida dos funcionários e não cumpre acordos. Na oitava reforma de 1996, o BB conseguiu alterar o artigo 9º - removendo a responsabilidade do Banco pela assistência médico-hospitalar dos empregados, esposas, dependentes diretos e indiretos. Houve a redução de sua contribuição em relação ao associado, passando de duas vezes para uma vez e meia. Chegaram a acordar a revisão da referida reforma em 1998, o que não ocorreu. Além de não recolher aos funcionários pós-98 os 4,5% previstos no Estatuto.

Na última reforma de 2007, o acordo privilegiou os interesses do Banco, onde foi alterado o artigo 9º, mais uma vez, retirando o multiplicador da sua contribuição (1,5 vezes), limitando dessa forma a contribuição para 4,5%. Havia o compromisso de termos um “Plano Odontológico” administrado pela CASSI, via rede de credenciados. Mas o BB conseguiu limitar suas responsabilidades da CASSI, implementar sua política de venda de ações nas bolsas de valores e enxugar seus custos.

O banco que pretende se livrar pós-laboral e insiste em propor à CASSI o repasse de R\$ 5,830 bilhões para um fundo administrado pela BB-DTVM – que terá dia e hora para acabar -, é o mesmo que meteu a mão no último superávit da PREVI, cerca de R\$ 7,5 bilhões. Quando o superávit deveria ser usado para elevação dos benefícios. A CTB, inclusive, tem se posicionado contra a resolução CGPC 26/2008, que permitiu tal excrecência.

Também, não podemos esquecer que de forma unilateral e imoral o banco rebaixou os interstícios (12% e 16% para 3%) e, da mesma forma, retirou o anuênio (1% por ano trabalhado), o que arrebatou com o salário dos funcionários e com a manutenção das contas da CASSI. Além disso, não recompôs as perdas salariais do período FHC.

O modelo de custeio atual (receitas indexadas ao salário e despesas atreladas ao custo médico-hospitalar e seus insumos), diante da política salarial do banco terá resultado negativo. É preciso cobrir o déficit de momento



sem transferir apenas para os associados as responsabilidades financeiras, rediscutir o custo da CASSI projetando seus gastos e reservas financeiras, através do aumento das contribuições (BB x Associados), investimentos na ESF e melhorar a estrutura das Unidades Estaduais.

O banco coloca a Resolução da CVM como cláusula pétrea exigência que deve ser altamente questionada, já que a CASSI é obrigada a provisionar expressivas somas em garantias financeiras exigidas pela ANS. Mudam-se tantas leis, por que razão essa disposição não poderia ser questionada e revista?

Você acredita nas intenções do Banco para sua vida e sua família?

A CASSI precisa de sua solidariedade!

* Humberto Almeida

Representante Nacional dos Conselhos de Usuários

Negociações CASSI sem avanços

A questão central nas negociações BB x CASSI tem sido o déficit operacional da entidade. Situação recorrente e que está sendo discutida agora, em função da gravidade financeira e das implicações legais com a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). Como sempre, o banco não aceita aumentar as contribuições, aportar recursos e busca onerar os funcionários. Nessas tratativas, o BB descobriu que havia recursos que eram devidos à CASSI, provenientes de acertos do PAS – Programa de Assistência Social e de benefícios do INSS e que deverão ser repassados, embora, não cubram o déficit.

O negociador do banco, de hoje, foi o mesmo tarifeiro da reforma de 2007, da CASSI, o Sr. Carlos Eduardo Leal Nery, que vendeu a famigerada reforma estatutária como se fosse a solução da entidade e, na oportunidade, foi indicado pelo Banco ao cargo de presidente da CASSI.

Além disso, o juiz da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba (2015) condenou o Banco do Brasil em virtude de práticas que atentaram contra o exercício do direito de greve. O Sindicato dos Bancários de Curitiba e região entrou com ação contra

as práticas antissindicais do banco. O juiz José Alexandre Barra Valente apontou diversas ilegalidades cometidas, com destaque para um e-mail enviado a todos os bancários pelo mesmo Carlos Neri, diretor de Relações com Funcionários e Entidades Patrocinadas, em que, ameaçava de demissão os trabalhadores que aderissem à greve. Dessa forma, o juiz condenou o banco ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 800 mil, com o propósito de reparar o dano causado à coletividade e de, pedagogicamente, dissuadir a instituição financeira de continuar com as reiteradas práticas antissindicais que ofendem a Constituição Federal.

Os altos executivos do BB, que se alimentam da produtividade dos funcionários, encontram-se numa situação financeira privilegiada. Para eles não importa que a CASSI agonize financeiramente, porque poderão bancar qualquer outro plano de saúde, deixando milhares de colegas e suas famílias desamparadas.

O atual presidente do Conselho de Administração do BB, é o Sr. Tarcísio José Massote de Godoy, oriundo do Bradesco (executivo de 2010-2014) e foi secretário

O Banco que não queremos

- Projeto Piloto para retirar caixas nas agências.
- Projeto Piloto para trabalhar além do expediente
- Lateralidade
- Falta de Isonomia plena
- Falta de funcionários nas agências
- Metas produtoras de assédio moral
- Baixos salários de ingresso
- Más condições de trabalho
- Baixo PCS
- Aumento no número de adoecimentos
- Descaso com a CASSI

executivo do Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, também funcionário do Bradesco. Nesse Conselho há dois representantes indicados pelos acionistas minoritários; quatro representantes da União (um pelo Ministério do Planejamento e três pelo Ministério da Fazenda); indicação do presidente do BB e um representante eleito pelos funcionários: CAREF. Nesse aspecto, a CAREF, Juliana Donato, não pode participar de decisões que envolva salários, benefícios e assuntos do

funcionalismo por conta da legislação, que coloca uma mordça na representação eleita pelos funcionários.

Não se pode tratar o BB como empresa de mercado e tolerar um Conselho ditatorial. A luta é para que, no futuro, as representações do funcionalismo tenham direito a voz, voto e liberdade de expressão.

Os conselhos de usuários reivindicam a participação da CAREF, Juliana Donato na mesa prévia de negociação da CASSI.